

Martin Luther King, Jr. Sobre Justiça e os 4 passos para a Resistência Não-Violenta Bem Sucedida – por Maria Popova

“A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todos os lugares. Estamos presos em uma rede inescapável de mutualidade... O que afeta a uma pessoa diretamente, afeta a todas, indiretamente”.

Em 3 de abril de 1963, Martin Luther King, Jr (15 de janeiro de 1929 – 4 de abril de 1968) começou a coordenar uma série de manifestações não-violentas contra a injustiça racial em Birmingham, Alabama. Em 12 de abril ele foi violentamente detido, sob a acusação de promover uma passeata sem permissão, sob a alegação de ilegalidade contra “passeatas, manifestações, boicotes, invasões e piquetes” que um juiz local havia determinado dois dias antes, uma semana após o início dos protestos.

No dia da prisão de dr. King, oito clérigos do Alabama publicaram uma declaração contra ele, intitulada “Um Chamado pela Unidade”, seguida por uma carta escrita meses antes, sob o título de “Um Apelo pela Lei, pela Ordem e pelo Senso Comum”. Eles o acusavam de ser um forasteiro em relação à causa da comunidade, sugerindo que a injustiça racial no Alabama não era problema dele, e alegando que as manifestações de resistência não-violenta que ele liderava eram imprudentes e inoportunas. “Nós apelamos fortemente à nossa própria comunidade negra que retire seu apoio a essas manifestações”, eles escreveram. Foi um tamanho exemplo da própria injustiça contra a qual dr. King dedicou sua vida – o sequestro, por parte daqueles no poder, do que deveria ser o “senso comum”, a serviço do que é “comum” e conveniente a todos – que ele se sentiu compelido a responder. No dia seguinte, enquanto ainda estava na cadeia, ele escreveu uma memorável carta aberta, do tamanho de um livro (“Nunca antes escrevi uma carta tão longa”, ele afirmou, enquanto escrevia os últimos parágrafos).

Conscientes do poder da mídia para incitar a imaginação popular, King e sua equipe começaram a distribuir cópias mimeografadas para o clero de Birmingham e, finalmente, chegaram até a imprensa. Grandes jornais e revistas, incluindo The Atlantic Monthly e New York Post, publicaram trechos da carta. O texto completo foi publicado com o título de “Carta da Cadeia da Cidade de Birmingham” e se tornou não apenas um texto fundador do movimento estadunidense pelos direitos civis durante os anos 1950, mas também um manifesto duradouro por justiça social e pela luta humana por igualdade, em todas as suas formas, em cada canto do mundo.

A partir de seu vasto repertório de recursos intelectuais – de Sócrates a São Agostinho, passando por Thoreau – e seu dom singular para combinar as habilidades de um filósofo, de um pregador e de um poeta, dr. King derruba os argumentos dos clérigos um a um, começando por sua afirmação de que a injustiça em Birmingham não era problema dele, como “forasteiro”:

“A injustiça é uma ameaça à justiça em qualquer lugar. Estamos presos em uma rede inescapável de mutualidade, tramados no tecido único do destino. O que afeta a um diretamente, afeta a todos indiretamente”.

Ele define os quatro pilares da resistência não-violenta – que guardam um paralelo pungente com as quatro regras para se discutir inteligentemente, que o filósofo Daniel Dennett formularia mais de meio século depois – e escreve:

“Em qualquer campanha não-violenta há quatro passos básicos: 1) levantamento dos fatos, para determinar se injustiças estão vivas; 2) negociação; 3) auto-purificação; e 4) ação direta”.

Com uma qualidade de sentimento que lembra a sabedoria eterna de Bertrand Russell sobre os elementos construtivos e destrutivos da natureza humana – “Tanto a construção quanto a desconstrução satisfazem o desejo por poder”, ele escreveu em 1926, “mas a construção é mais difícil como regra e, portanto, dá mais satisfação a quem é capaz de realizá-la” – King traz a noção maravilhosa de “tensão criativa” como uma força de ação construtiva:

“A ação direta não-violenta busca criar uma crise e estabelecer uma tensão criativa, de tal forma que uma comunidade que tem, consistentemente, se negado a negociar, é forçada a confrontar a questão (...) Há um tipo de tensão construtiva, não-violenta, que é necessária para o crescimento. Assim como Sócrates achou necessário criar um tensão na mente para que os indivíduos pudessem se libertar das amarras dos mitos e das meia-verdades para atingirem o reino sem restrições da análise criativa e da apreciação objetiva, nós precisamos enxergar a necessidade de termos esporas não-violentas para promovermos o tipo de tensão na sociedade que irá ajudar os homens a se levantarem das profundezas escuras do preconceito e do racismo para as alturas majestosas da compreensão e da irmandade”.

As ideias de King influenciaram indubitavelmente a escritora, ativista pela liberdade e ganhadora do Nobel sul-africana Nadine Gordimer quando, uma década depois, ela contemplou o papel do escritor como sendo, precisamente. O de esporear as costas da injustiça – algo que King ilumina ainda mais quando acrescenta:

“Aqueles de nós que se engajam na ação direta não-violenta não somos os criadores desta tensão. Nós meramente trazemos à superfície as tensões ocultas que já estão vivas. Nós as expomos para que elas possam ser vistas e cuidadas. Como uma ferida que nunca poderá se curar se ficar coberta, mas que precisa ser aberta em toda a sua feiura para que as medicinas naturais do ar e da luz possam agir, a injustiça deve, da mesma forma, ser exposta, com toda a tensão que sua exposição possa criar, à luz da consciência humana e ao ar da opinião pública, antes que possa ser curada”.

Ele considera as razões porque tal instigação não-violenta da “tensão criativa” é vital para a busca da liberdade:

“A História é a longa e trágica história sobre o fato de que os grupos privilegiados raramente cedem seus privilégios voluntariamente. Os indivíduos podem ver a luz moral e abrir mão de sua postura injusta, mas... os grupos são muito mais imorais do que os indivíduos”.

“Sabemos através de experiências dolorosas que a liberdade nunca é voluntariamente oferecida pelo opressor; ela precisa ser exigida pelo oprimido”.

Ele se foca na acusação de inoportunidade e, argumentando que “justiça atrasada durante muito tempo é justiça negada”, coloca em uma perspectiva excruciante a relatividade do conceito de oportunidade:

“Acredito que é fácil para aqueles que nunca sentiram o flagelo da segregação dizer, “Esperem”. Mas, quando você testemunhou bandos viciosos lincharem suas mães e pais ao

seu bel prazer e afogarem suas irmãs e irmãos por capricho;... quando você, subitamente, sente sua língua atada e sua fala gaguejante, enquanto tenta explicar para sua filha de seis anos de idade porque ela não pode ir ao parque de diversões cujo anúncio ela acabou de ver na televisão, e vê as lágrimas se acumulando nos seus olhos quando ela ouve que Fun-Town é proibida para crianças de cor, e vê as nuvens depressivas de inferioridade começando a se formar em seu pequeno céu mental, e a vê começando a distorcer sua personalidade, inconscientemente desenvolvendo uma amargura em direção à pessoas brancas;... quando você está frequentemente lutando contra uma percepção degenerante de não ser ninguém – então você entenderá porque achamos difícil esperar. Há um tempo quando a taça da resiliência se esgota e os homens não aceitam mais ser atirados ao abismo da injustiça, enquanto são corroídos pela profunda tristeza do desespero”.

De fato, ele argumenta que, na raiz das acusações dos clérigos, está uma profunda incompreensão sobre o tempo. O tempo, como sabemos, é uma invenção humana que Galileu aperfeiçoou: como toda tecnologia, ela é uma ferramenta neutra que pode ser adaptada para gerar bem ou mal, usada para construir e para destruir – algo que King capta belamente:

“Tudo isso... cresce a partir de um trágico equívoco de que o tempo irá, inevitavelmente, curar todos os males. Na verdade, o tempo é neutro. Ele pode ser usado tanto destrutiva, quanto construtivamente. Estou começando a perceber que as pessoas mal-intencionadas têm usado o tempo muito mais eficazmente do que as pessoas bem intencionadas. Nesta geração, teremos não apenas que nos arrepender pelas palavras e ações corrosivas das pessoas más, mas também pelo silêncio das pessoas boas. Devemos ver que o progresso humano nunca se dá sobre as rodas da inevitabilidade. Ele chega através dos esforços incansáveis e do trabalho persistente de homens que desejam colaborar com Deus, e sem este trabalho duro o tempo se torna, ele mesmo, um aliado das forças da estagnação social. Precisamos usar o tempo criativamente, e para sempre percebermos que o tempo está sempre maduro para fazer o bem. Agora é a hora de tornarmos real a promessa da democracia e transformarmos nossa indecisa elegia nacional em um salmo criativo de irmandade. Agora é a hora de elevarmos nossa política nacional das areias movediças da injustiça social para a rocha sólida da dignidade humana”.

Ele continua explorando a cooptação do sistema legal para fins escusos feita por aqueles no poder:

“Há dois tipos de lei: as justas e as injustas. Eu concordo com Santo Agostinho que “uma lei injusta não é, absolutamente, uma lei”... Uma lei injusta é um código em desarmonia com a lei moral. Para colocar nos termos usados por Santo Tomás de Aquino: uma lei injusta é uma lei humana não fundamentada na lei eterna e natural. Qualquer lei que promove a personalidade humana é justa. Qualquer lei que degrada a personalidade humana é injusta. Todos os estatutos de segregação são injustos, porque a segregação distorce a alma e danifica a personalidade. Ela dá ao segregador uma falsa impressão de superioridade e ao segregado, uma falsa impressão de inferioridade. Para usar as palavras de Martin Buber, o filósofo judeu, a segregação substitui a relação “Eu-Tu” por uma relação “Eu-Isso”, e acaba relegando as pessoas ao status de coisas. Então, a segregação não é apenas política, econômica e sociologicamente insalubre, mas também moralmente errada”.

“Uma lei injusta é um código que uma maioria inflige sobre uma minoria não coesa. É a diferença tornada legal. Por outro lado, uma lei justa é um código no qual uma maioria, desejosa de segui-lo, compele uma minoria a seguir também. É a igualdade tornada legal”.

(...) Para King, a lei deveria ser recuperada como uma aliada da população em sua totalidade diversa, em vez de como um sistema formalizado de objetificação de pessoas. Ele vê a resistência não-violenta não como um modo de destruir a lei, mas como um modo de normatizá-la:

“De nenhuma forma eu defendo que desafieemos a lei... Isto levaria à anarquia. Aquele que se propõe a quebrar uma lei injusta deve fazê-lo abertamente, amorosamente... e com a disponibilidade de aceitar as penalidades decorrentes. Eu argumento que um indivíduo que desrespeita uma lei que sua consciência diz que é injusta e aceita a pena, permanecendo preso para despertar a consciência da comunidade sobre sua injustiça está, na realidade, expressando o maior respeito pela lei”.

Mas a lei, obviamente, não deve e não pode ser separada das forças sociais que a apoiam. Em uma das mais pungentes afirmações da carta, que ressoa muito profundamente em nossa cultura atual, na qual a reação impenitente substituiu a resposta refletida e se tornou a semente do desentendimento, King acrescenta:

“A compreensão rasa das pessoas de boa vontade é mais frustrante do que a incompreensão absoluta das pessoas mal-intencionadas. A aceitação morna é mais desconcertante do que a rejeição absoluta”.

Write a comment...